

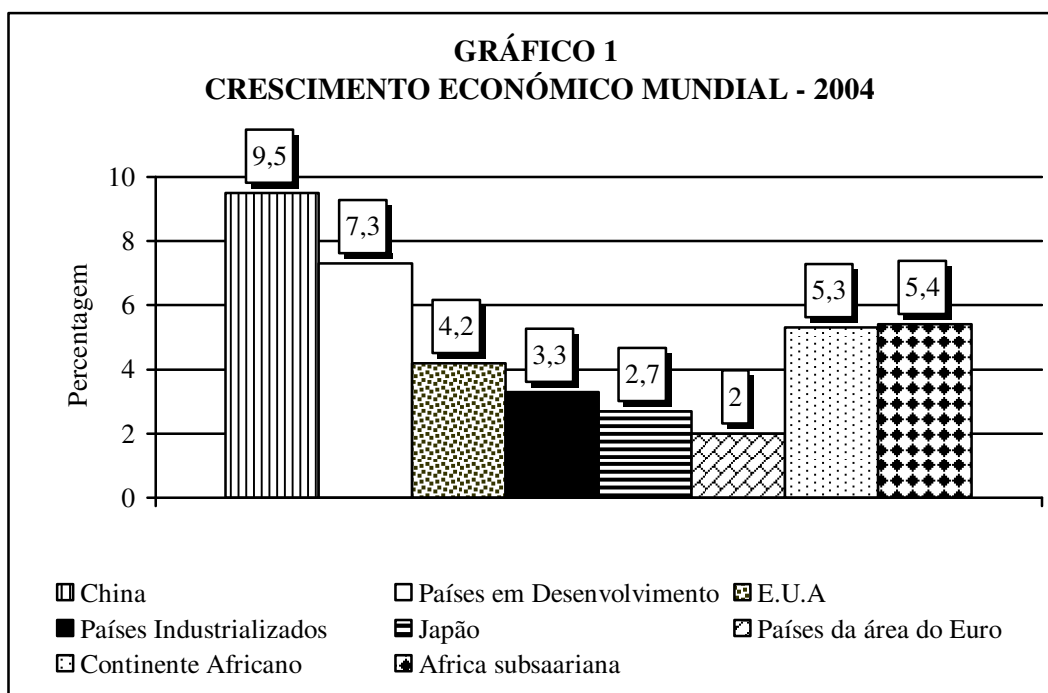
I. EVOLUÇÃO RECENTE, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MUNDIAL

1.2. Cenário 2003-2004

01. A economia mundial cresceu de forma significativa nos dois últimos anos, período em que a inflação e as taxas de juro mantiveram-se em nível baixo nos principais mercados internacionais.

02. O crescimento da economia mundial foi, em grande medida, motivado pelo bom desempenho das economias mais desenvolvidas, que operaram a níveis muito próximos do pleno emprego. Os principais motores desse crescimento foram a China, a Índia e os Estados Unidos da América (E.U.A.), países em que os mercados internos experimentaram períodos de forte procura.

03. Em 2004, os países industrializados, no seu conjunto, apresentaram uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 3,3 por cento, enquanto que a China cresceu 9,5 por cento. Os E.U.A. cresceram 4,2 por cento; os países em desenvolvimento e em transição conheceram um crescimento de 7,3 por cento, tendo contribuído para que a taxa de crescimento global (5,1 por cento) fosse superior àquela verificada no conjunto dos países industrializados, nomeadamente os da zona Euro, que cresceram apenas 2 por cento (Gráfico 1):



Fonte: *World Economic Outlook, Setembro de 2005, Fundo Monetário Internacional.*

04. O comércio internacional de mercadorias registou um significativo desempenho em 2004, tendo crescido 10,3 por cento em volume em comparação ao ano anterior. Este resultado reflectiu a força cíclica da recuperação económica mundial, com destaque, entre outros, para o sector da indústria, incluindo o comércio do sector de tecnologias intensivas em informação e comunicação (ICT).

05. As elevadas taxas de crescimento interno, especialmente em países como China e Índia, contribuíram para que ocorresse uma escalada contínua nos preços dos produtos primários, como o petróleo bruto e o gás natural. Com isso, a partir do primeiro trimestre de 2004, começou a verificar-se um arrefecimento no ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento, directamente ligado ao mais alto preço dos produtos energéticos, podendo-se citar como exemplo a Coreia do Sul. Entretanto, para os dois maiores importadores de petróleo do mundo, China e Estados Unidos, o mais alto preço do barril do petróleo não afectou os níveis de actividade económica, o que mostra que as forças subjacentes ao crescimento económico destes países eram muito fortes, como o aumento da produtividade e o alargamento do mercado.

06. No que diz respeito ao continente Africano, que cresceu 5,3 por cento em 2004 – um pouco abaixo dos 5,4 por cento de crescimento da África sub-sahariana – devem ser mencionados, como factores importantes, uma maior produção agrícola, uma maior estabilidade política e o apoio de doadores, para além do estímulo de um mercado internacional mais atractivo aos produtos de exportação de origem africana.

07. Constata-se, contudo, que apenas 6 países africanos – dentre eles, Angola – experimentaram taxas de crescimento superiores a 7 por cento em 2004, nível considerado como o necessário para que se atinja os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

08. A inflação em 2004 alcançou 6,3 por cento na China e 2,1 por cento nos Estados Unidos. Taxas menores foram observadas na zona do Euro (1,2 por cento na França e 1,1 por cento na Alemanha), resultado que se pode associar ao modesto crescimento económico de 2 por cento nos países do bloco. O Japão experimentou deflação de 2,3 por cento, conseguindo, ainda assim, registar um crescimento económico de 2,7 por cento.

09. Nesse cenário, a obtenção de financiamentos no mercado financeiro internacional mostrou-se favorável, além de que o aumento do preço de petróleo bruto no mercado internacional favoreceu as receitas de exportação do país, num momento em que a sua inserção nos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais – um dos principais dividendos da paz e da reconciliação nacional – aumenta cada vez mais. É assim que, favorecido pelo crescimento económico mundial, se pode estabelecer parcerias proactivas, necessárias para se aumentar o investimento na reconstrução de infra-estruturas e a consequente reintegração do território, com outros países.

1.2. Cenários e Previsões para 2005 e 2006

10. Para 2005 estima-se uma diminuição do crescimento mundial comparativamente a 2004, prevendo-se que venha a ficar em torno dos 4,3 por cento. Entre os principais factores causadores deste arrefecimento no ritmo de crescimento económico está a incerteza na resposta do mercado às implicações da queda dólar americano, ao duplo défice americano – fiscal e da conta corrente –, assim como do impacto a prazo da alta dos custos de energia.

11. Estima-se também que a alta de preços dos derivados de petróleo afectará particularmente os países em desenvolvimento e os países emergentes, que deverão experimentar constrangimentos financeiros

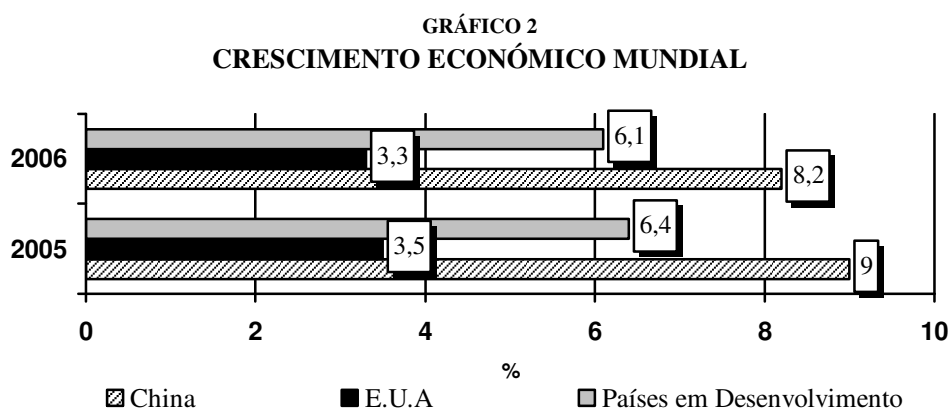
externos. A taxa de crescimento estimada para os países em desenvolvimento e em transição em 2005 é de para 6,4 por cento, sendo a perspectiva para 2006 de 6,1 por cento.

12. Entretanto, os preços altos do petróleo bruto foram, e podem continuar a ser, um factor positivo fundamental para os países exportadores deste produto, não só os do Médio Oriente, como também de África. Prevê-se que, em decorrência da já mencionada maior demanda de países como a Índia e a China, os preços do petróleo bruto irão manter-se em níveis elevados em 2005 e em 2006, o que irá proporcionar aos países produtores recursos suficientes para estimular a demanda interna e promover o investimento.

13. Não obstante a provável desaceleração que o nível mais alto do preço do petróleo bruto irá causar, avalia-se que a pujança das economias americana e chinesa, fortemente influenciadas pelo crescimento da demanda interna, deverá sustentar uma taxa de crescimento mundial não muito distante daquela registada no ano de 2004. Isso porque o consumo americano estimula o sector industrial mundial, enquanto que a forte e crescente demanda da China por matérias-primas está a contribuir para o melhoramento do mercado dos produtos de exportação dos países em desenvolvimento, incluindo os de África e da América Latina.

14. Assim é que exportadores de outros produtos primários deverão beneficiar-se também de melhores preços mundiais desses produtos, apesar das fortes baixas de preços conhecidas no passado. Os preços do café, por exemplo, começaram a subir recentemente.

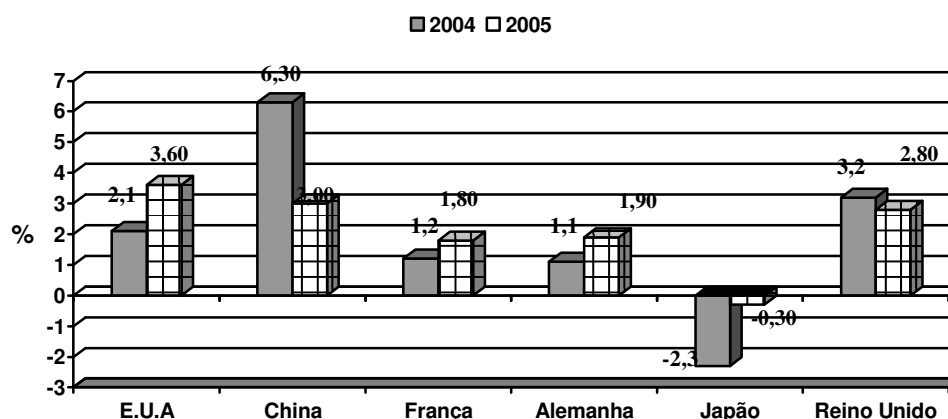
15. A taxa de crescimento projectada para a China e para os E.U.A em 2005 é de 9 por cento e de 3,5 por cento, respectivamente. Em 2006 estima-se que a China crescerá 8,2 por cento, enquanto os E.U.A crescerão 3,3 por cento (Gráfico 2):



Fonte: *World Economic Outlook – Setembro de 2005 – Fundo Monetário Internacional.*

16. Em Agosto de 2005 as taxas de inflação em 12 meses, comparadas com as do ano de 2004, mostravam uma tendência de descida na China e no Reino Unido e de aumento nos Estados Unidos, França e Alemanha, bem como uma menor deflação no Japão (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
INFLAÇÃO ANUAL



Fonte: OCDE e World Economic Outlook – Fundo Monetário Internacional.

17. Com isso, pode esperar-se que uma eventual tendência para a redução das taxas de juro reitoras na China e Reino Unido e uma subida nos EUA; quanto a Europa da Zona Euro, a tendência não se mostra clara.

II. EVOLUÇÃO RECENTE E QUADRO ACTUAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA E FINANCEIRA INTERNA

18. As projecções para 2005 revelam um crescimento real do Produto Interno Bruto da ordem dos 15,5 por cento, quando nos anos de 2003 e 2004 o crescimento é estimado em 3,4 e 11,7 por cento, respectivamente (Quadro 1).

Quadro 1:
Produto Interno Bruto, 2003-2005

	2003	2004	2005
	Estimativa	Projecção	Programado
Nominal (milhões de kwanzas correntes)	1.031.382	1.659.900	2.726.710
Taxa de crescimento real (preços do ano anterior) (%)	3,4	11,7	15,5
Sector petrolífero	-1,0	13,9	19,7
Sector não petrolífero	7,6	9,1	10,4
Composição (%)	100,0	100,0	100,0
Agricultura, Sivicultura e Pescas	8,5	8,7	9,6
Indústria extractivas	59,1	59,5	57,1
Petróleo Bruto e Gás	53,9	54,7	54,8
Outras	5,2	4,7	4,6
Indústria transformadora	4,0	4,0	4,4
Energia eléctrica	0,0	0,0	0,0
Construção	3,7	3,8	4,2
Serviços Mercantis	16,2	16,1	16,9
Serviços não Mercantis	8,5	7,8	7,7
Direitos e taxas de Importação	0,1	0,1	0,1

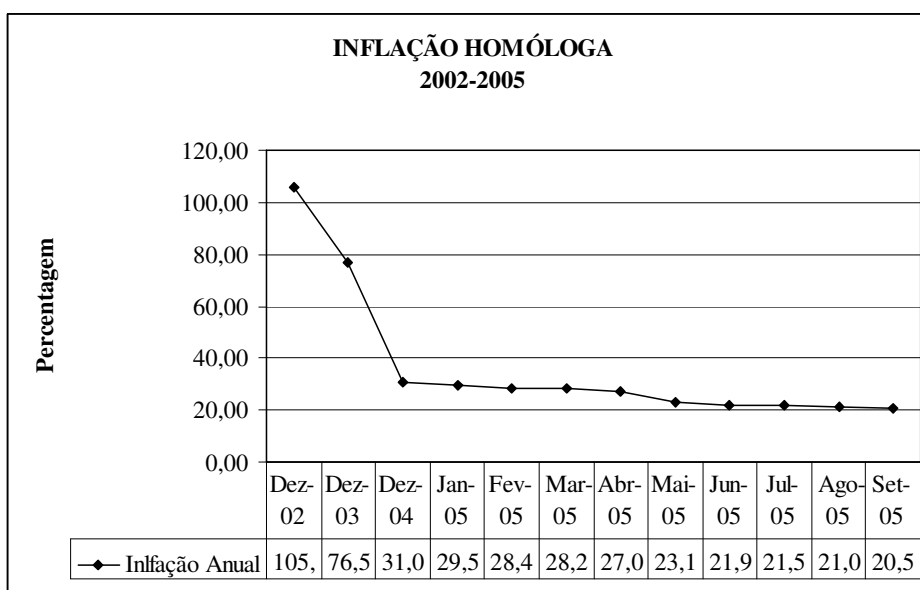
Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Ministério do Planeamento.

19. A contribuição do sector petrolífero no PIB deverá aumentar de 54,7 por cento em 2004, para 54,8 por cento em 2005, como consequência de um crescimento mais elevado do sector petrolífero comparativamente ao sector não petrolífero; a taxa de crescimento real (correspondente ao valor acrescido da produção física a preços constantes do ano de partida, e não em dólares correntes, que seria bem maior devido à forte subida do preço do barril de petróleo bruto) projectada do sector petrolífero é de 19,7 por cento, enquanto que a do sector não petrolífero é de 10,4 por cento.

20. Com base nas taxas de crescimento sectoriais, avalia-se, contudo, que os sectores mais dinâmicos da economia em 2005 sejam o da Construção (com 16 por cento), o da Indústria Extractiva (com 15,8 por cento), o da Agricultura, Silvicultura e Pescas (com 15,6 por cento), seguido da Indústria Transformadora (com 15 por cento) e do Sector Eléctrico (com 13 por cento).

21. A variação do nível geral de preços na economia angolana, tal como é dado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Luanda, continuou, em 2005, a registar uma desaceleração (ver o Gráfico 4). Assim é que, de Dezembro de 2004 a Setembro de 2005 a taxa anual de inflação caiu mais de 10 pontos percentuais ao passar de 31,02 por cento para 20,51 por cento. Avalia-se que a Dezembro de 2005 ela deverá situar-se apenas cerca de 2,7 pontos percentuais acima do objectivo estabelecido de 15 por cento. Note-se que a taxa de inflação acumulada em 2003 foi de 76,57 por cento.

Gráfico 4:



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

22. No que respeita às Contas Públicas, calcula-se que de um superavite de 1,1 por cento do PIB em 2004, passar-se-á a um superavite ainda maior, de 3,0 por cento do PIB em 2005. Em 2003 o défice orçamental foi de 7,0 por cento do PIB.

23. A receita fiscal, como proporção do PIB, deverá subir de 36,8 por cento em 2004, para 37,5 por cento em 2005. Assim, o superavite orçamental apontado deverá ser consequência de um ligeiro aumento da receita orçamental e de uma substancial redução da despesa orçamental, que, de 35,7 por cento do PIB em 2004, passará a 34,5 por cento em 2005. É de referir que os subsídios, embora sejam ainda substanciais em termos absolutos, deverão também reduzir-se como proporção do PIB de 6,6 por cento, em 2004, para

3,6 por cento, em 2005, um resultado directo do reajuste nos preços de venda dos derivados do petróleo iniciado nos finais de e que prosseguiu até Fevereiro de 2005.

24. Entretanto, quando avaliadas em Kwanzas correntes, as Receitas Fiscais em 2005 serão 63,8 por cento superiores às de 2004, ao passo que as Despesas Fiscais o serão em 59,7 por cento.

25. No que se refere ao sector externo, avalia-se que a Conta Corrente da Balança de Pagamentos deverá registar em 2005 um saldo positivo de cerca de US\$1.113 milhões, o que decorre fundamentalmente do aumento da produção dos sectores petrolífero e diamantífero e da contínua subida do preço do petróleo bruto no mercado internacional. Note-se que no ano de 2003 a Conta Corrente registou saldo negativo de US\$ 720 milhões, evoluindo para um saldo positivo de US\$ 686 milhões em 2004.

QUADRO 2:
BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2003 - 2005

	2003	2004	2005
	Estimativa	Estimativa	Estimativa
Conta Corrente	-720	686	1.113
Bens	4.028	7.643	7.792
Exportações, FOB	9.508	13.475	15.200
Sector Petrolífero	8.685	12.620	14.000
Outras	823	855	1.200
Importações, FOB	-5.480	-5.832	-7.408
Serviços e Rendimentos	-4.847	-6.964	-6.784
Transferências	99	7	105
Conta de Capital e Financeira	1.209	-306	2.600
Investimento directo (líquido) e Transferência de capitais (líquido)	3.503	1.425	1.500
Créditos de Médio e Longo Prazo	-171	1.474	1.600
Desembolsos	1.887	3.350	2.600
Amortizações	-2.058	-1.876	-1.000
Outros (inclui capital de curto prazo)	-2.123	-3.204	-500
Erros e omissões	-388	277	0
Saldo Global	101	658	3.713

Fonte BNA e estimativas

26. Por outro lado, as projecções indicam que o fluxo líquido da conta de capital e financeira deverá em 2005 aumentar cerca de US\$ 2.295 milhões, sendo que o Investimento Directo Estrangeiro e os Créditos de Médio e Longo Prazo deverão crescer numa proporção de 6,8 por cento e 8,5 por cento respectivamente, em relação ao ano de 2004.

27. Em 2004, mercê da entrada relativamente importante de recursos provenientes, por um lado, de financiamentos externos e, por outro lado, do aumento dos impostos petrolíferos, na sequência do aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, as Reservas Internacionais Líquidas do Banco Central expandiram em US\$ 735,09 milhões, em linha com o aumento das reservas brutas, cujo stock acumulado em Dezembro foi de US\$ 1.370, 0 milhões. Estima-se que as Reservas Internacionais Líquidas do Banco Central cresçam no montante de US\$ 645,0 milhões, atingindo um stock de cerca de US\$ 2.000,0 milhões, em 2005.

28. O aumento substancial do valor do produto do sector petrolífero deverá levar a que os rácios de endividamento público no exterior melhorem. Assim, o stock da Dívida sobre o PIB passou de 61,2 por

cento em 2003, para 45,8 por cento em 2004, estimando-se que este rácio se mantenha em 45 por cento em 2005. Entretanto, o facto de mais de 50 por cento do stock da dívida ser dívida em mora cria constrangimentos ao governo no mercado financeiro internacional e na gestão da sua tesouraria.

III. DESEMPENHO DA ECONOMIA REAL E DO SECTOR SOCIAL NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GERAL DO GOVERNO

29. Conforme referido no capítulo anterior, as projecções apontam para um crescimento real da economia nacional – medido pelo Produto Interno Bruto – da ordem dos 15,5 por cento. E calcula-se que o sector não petrolífero venha a crescer cerca de 10,4 por cento, uma taxa de crescimento que é substancial, mas que, ante um crescimento do sector petrolífero de cerca de 19,7 por cento e da base de partida em termos do nível absoluto da produção muito baixa não, se mostra ainda insuficientemente para realizar os objectivos de desenvolvimento estabelecidos. Assim é que o resultado do desempenho da economia nacional perspectivado decorre do empenhamento do governo na prossecução dos objectivos de política economia e social estabelecidos no seu Programa Geral 2005-2006, sobretudo no que se refere a remoção dos constrangimentos ainda existentes ao desenvolvimento da actividade económica, nomeadamente no que respeita a:

- Melhoria da qualidade e funcionalidade das infra-estruturas;
- Treinamento dos Recursos Humanos;
- Estabelecimento de mecanismos de reconhecimento e protecção da propriedade privada;
- Criação de condições de acesso a financiamentos; e
- Integração social das populações e prestação de serviços de educação e saúde adequados.

30. Como consequência dessa actuação, desenham-se resultados promissores para o ano de 2005, conforme se pode perceber do detalhe sectorial que a seguir se apresenta.

3.1. Economia Real

3.1.1. Agricultura, Pecuária e Pescas

31. A semelhança do que ocorreu nas últimas, a campanha agrícola de 2004/05 também reflectiu um certo dinamismo do sector agrícola, pese embora persistirem alguns constrangimentos, dentre os quais se destaca a inexistência de um adequado sistema de conservação e processamento da produção agro-pecuária.

32. A produção agro-pecuária aumentou em 24 por cento na campanha agrícola 2004/2005, o que resultou, essencialmente, do aumento do efectivo da população engajada no processo produtivo, particularmente, as famílias, cuja integração, decorreu do processo de reassentamento dos deslocados e reintegração social e produtiva dos desmobilizados, por um lado, e por outro ao aumento da área cultivada em cerca de 9,5 por cento.

33. Com efeito, a produção de cereais aumentou em 24 por cento, enquanto que, as de leguminosas (onde se destaca o feijão e o amendoim) e raízes e tubérculos situou-se em torno dos 40 e 24 por cento,

respectivamente. Os cereais – em que se destacam a produção de milho com mais de 100.000 toneladas – por seu lado, tiveram um crescimento de 23 por cento.

34. A produção pecuária registou também, no geral, um crescimento, destacando-se a produção de carne bovina com uma taxa de 0,6 por cento, atingindo cerca de 7.240 toneladas. Há realçar aqui a produção a produção pela primeira vez de peles e couros, com cerca de 536 toneladas.

35. No sector pesqueiro, as capturas, com cerca de 136.042 toneladas, atingiram cerca de 50 por cento do previsto; no que se refere a produção industrial do sector há a registar a produção de peixe seco e meia cura que alcançou somente 9 por cento da prevista, enquanto a produção de farinhas e óleos, suplantou a prevista em cerca de 24 por cento.

3.1.2. Indústria Transformadora, Energia e Águas, Construção e Indústria Mineira

36. Os dados disponíveis relativos a indústria transformadora atestam que o crescimento do sector, situou-se em cerca de 2 por cento entre Janeiro e Setembro de 2005. Os ramos que mais cresceram foram o tabaco com 104 por cento, máquinas e aparelhos eléctricos com 86 por cento, produtos de metal com 34 por cento, madeira com 17 por cento, alimentação com 9 por cento, e plástico com 2 por cento.

37. O comportamento da indústria transformadora decorreu da entrada em funcionamento de 26 novos estabelecimentos industriais, cujos investimentos ascenderam em USD 71,9 milhões, tendo em consequência, obviado a criação de 1.113 novos postos de trabalho.

38. Face a esses resultados, durante o presente ano foram desenvolvidas actividades concorrentes para a criação de condições para a industrialização. Neste sentido, os pólos de desenvolvimento industrial, foram objecto de priorização, através do desenvolvimento de actividades de natureza legal e administrativa, dentre as quais a nomeação e tomada de posse dos Órgãos Sociais da Sociedade de Gestão Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana – SARL (PIV) e da Catumbela (PIDC); aprovação da criação da Comissão de Gestão do PIV e PIDC e nomeado os respectivos coordenadores; construção de infra-estruturas do PIV e do PIDC (redes de água e de electricidade); nomeação e tomada de posse dos Órgãos Sociais da Sociedade de Ordenamento do Porto Seco de Viana (PSV – Lda.); e registo de projectos industriais no Pólo de Viana e da Catumbela.

39. Durante o período em análise foram aprovadas 33 propostas de investimento avaliadas em cerca de USD 92,9 milhões, destacando-se os projectos nos ramos de materiais de construção, bebidas, mobiliário e ferragens. Tais propostas distribuem-se pelas províncias de Bengo, Benguela, Luanda e Huíla, tendo a província de Luanda, absorvido 27 propostas.

40. A produção petrolífera registou, em comparação com o período equivalente de 2004, um crescimento real de 20,1 por cento, sobretudo como resultado de projectos desenvolvidos nos blocos 15, 17 e 18, relativamente aos quais foram otimizados os custos de investimento em pesquisa com recurso às novas técnicas de sísmica a 3 dimensões.

41. Ainda no sector petrolífero e com o propósito de inserir o empresariado nacional, foi criado o Projecto de Desenvolvimento de Participação Nacional (PDPN), através do qual criar-se-ão as condições necessárias, para o envolvimento do empresariado local em diversos segmentos da indústria petrolífera.

42. A produção de diamantes tem conhecido uma dinâmica que traduz o interesse que tem sido manifestado por empresários, quer nacionais como estrangeiros. Este facto é confirmado pelo número de direitos mineiros para prospecção, maioritariamente aluviais, que foram outorgados, num total de 296 (duzentos e noventa e seis), dos quais 264 a nacionais e 34 a estrangeiros.

43. A produção de diamantes alcançada até ao final do 3.º trimestre perfaz, em quantidades, 5.345.535 quilates, correspondendo a 87 por cento da produção total de 2004 e a um crescimento de cerca de 17 por cento da produção alcançada no mesmo período de 2004. Para isso contribuiu a montagem do 2.º módulo de controlo e tratamento do Projecto Catoca, bem como a entrada em fase de produção dos projectos Lwô, Yetwenw, Luarica e Chimbongo.

44. As perspectivas do sector dos diamantes são, entretanto, ainda melhores, porquanto estão já em fase de prospecção, um total de 10 projectos, designadamente: Cacuala, Lapi, Tchegi, Cuango, Alto Cuílo, Chitamba, Caungula, Gango, Nhefo e Luana, prevendo-se o arranque da sua actividade produtiva a muito curto prazo. Em fase de implementação encontram-se 9 projectos, nomeadamente: Lumuanza, Luremo, Cuilo/ Luenga, Camuanzanza, santechifunga, Dala, Chicundo, Luachisse, e Lunda Nordeste.

45. O subsector das rochas ornamentais em 2005, tem conhecido um melhor dinamismo, relativamente a 2004, cuja produção alcançou em termos absolutos a cifra de 23.000 m³ correspondendo a um crescimento de cerca de 54 por cento da produção de 2004. A dinamização do subsector das rochas ornamentais tem obviado o aumento do emprego na região produtora, tendo-se assim registado a criação de 650 postos de trabalho.

3.1.3. Transportes

46. Durante o período o sector dos transportes privilegiou acções concorrentes para o aumento da oferta e melhoria de serviços de transportação quer de passageiros como de mercadorias, através da aquisição de viaturas; chegaram ao país 250 viaturas de transportação de mercadorias e 135 unidades para a transportação de passageiros a nível urbano e interurbano. Ainda com o mesmo objectivo, procedeu-se a revisão e actualização do regulamento de transporte automóvel, do regulamento do transporte rodoviário em veículos de mercadorias e do regulamento da actividade de aluguer de veículos automóveis sem condutor.

47. No quadro da reposição de condições apropriadas aos serviços aeroportuários, as obras de reabilitação dos aeroportos de Cabinda, Huambo e Bié prosseguiram e foram elaborados os projectos para a construção das aerogares do Soyo e do Saurimo.

48. No domínio das infra-estruturas portuárias foram reabilitadas as actuais estruturas do porto de Cabinda, bem como concluídos a elaboração do projecto para a ampliação da Ponte Cais do Porto Amboím e do Plano de Ordenamento portuário e protecção costeira.

49. Actividades conducentes à melhoria da navegação marítima, através de uma melhor sinalização, tiveram lugar com a reabilitação de 7 farolins (Forte, Igreja, S. José, Ponta Noronha, Cais, Tômbua e S. Fernando) e com a reabilitação de 2 faróis (Cabo Ledo e Santa Marta)

3.1.4. Energia e Águas

50. Entre Janeiro e Setembro de 2005, os principais esforços no domínio da energia e águas continuaram a ser dedicados às acções que concorrem para o alcance dos objectivos específicos, assumidos como fundamentais para o relançamento da vida económica e social do país. Estes têm em vista: i) satisfazer as necessidades de energia eléctrica e de água potável, assegurando a oferta permanente e crescente destes serviços para a população e para o desenvolvimento económico nacional; ii) melhorar a qualidade de prestação destes serviços públicos; e iii) garantir a utilização racional e sustentada dos recursos energéticos e hídricos nacionais.

51. Neste sentido, no domínio da energia foi iniciada a implementação dos projectos de construção da Linha de Transporte de 220 kV Kapanda-Lucala-Ndalatando e da Linha de Transporte de 220 kV Cambambe-Luanda, que fazem parte do sistema de transporte de energia eléctrica associado à primeira fase do empreendimento de Kapanda. No âmbito das mini-hídricas, foi finalizado o projecto para a ampliação do Aproveitamento Hidroeléctrico do Luquixe (Uíge) e reformulação do respectivo projecto executivo, e estão a ser elaborados os projectos para a reconstrução dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Andulo e do Cuemba, e para a construção de um novo Aproveitamento Hidroeléctrico em Nharea, todos no Bié; foram também iniciados os estudos para a avaliação das potencialidades de quatro locais para a instalação de mini-hídricas no Ambriz (Bengo), Sanza Pombo (Uíge), Cazombo (Moxico) e Cuchi (Kuando-Kubango).

52. Sobre o aproveitamento da energia solar, têm vindo a ser instalados sistemas com painéis fotovoltaicos em localidades das províncias do Zaire, Uíge, Malange e Bié, e está a ser finalizado um estudo do mercado de energia solar fotovoltaica em Angola que, entre outras acções, permitirá identificar algumas comunidades a serem seleccionadas para beneficiar da instalação de sistemas de aproveitamento da energia solar.

53. Estão em curso trabalhos, cuja conclusão, está prevista para Dezembro, em relação a actualização do Plano Director da Rede Eléctrica Nacional, do qual se destacará um plano de expansão para a produção e para a rede nacional de transporte de electricidade, para um horizonte temporal de 20 anos.

54. No âmbito da expansão da capacidade de produção, transportação e distribuição de electricidade, particularmente no que concerne a recuperação do Sistema Eléctrico Centro e instalação de potência térmica adicional, para assegurar o fornecimento de energia às cidades de Benguela, Lobito e Huambo, foi terminada a reabilitação do Grupo de Turbina a Gás do Biópio, bem como a reabilitação dos grupos Diesel da Central MTU do Lobito. No Huambo, foi concluída a revisão de 3 grupos Diesel da Central Térmica, e terminada a instalação de 3 novos grupos Diesel, acrescentando uma potência adicional de 5.475 kVA. Destaca-se ainda a execução da primeira fase de reabilitação e ampliação da rede de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT) de Luanda, abrangendo o Cazenga, a zona Sul de Luanda e áreas

suburbanas, e que consistiu na montagem de novos Postos de Transformação (PT), na instalação de redes de MT e BT e de contadores de electricidade; a segunda fase desse projecto foi já iniciada.

55. Em Luanda, foram ligados 88 novos PT à rede, correspondendo a uma potência instalada de 52,4 MVA. Também foram ligados 8.458 novos clientes. Nesse período, foram iniciados novos projectos no âmbito do reforço da rede de 60 KV de Luanda e da ampliação da capacidade de transformação, bem como da melhoria da rede de distribuição de Média Tensão.

56. Relativamente às demais regiões identificadas, está prevista a execução de uma parte da reabilitação da rede de Caxito, no âmbito do projecto de reconstrução da Linha de Transporte a 60 kV Luanda-Mabubas e da Subestação Regional das Mabubas, cuja implementação já foi iniciada.

57. Destaca-se ainda a conclusão da reabilitação das redes de distribuição de Média e Baixa Tensão do Lubango, no decorrer do mês de Setembro, projecto que abrangeu as áreas urbanas e peri-urbanas da cidade do Lubango.

58. No domínio das águas os planos directores dos sistemas de abastecimento de água e das redes de saneamento das águas residuais mobilizaram a atenção, tendo sido dada prioridade às cidades capitais de província. Foram concluídos, até ao momento, sete (7) Planos Directores, para as cidades do Lubango, Namibe, Ondjiva, Huambo, Kuito, Malange e Ndalatando, e estão em curso os trabalhos de elaboração de outros nove (9), para as cidades de Cabinda, M'Banza Congo, Uíge, Dundo, Saurimo, Luena, Caxito, Sumbe e Menongue. Estes planos incluem a componente de saneamento de águas residuais.

59. Estão a decorrer os trabalhos referentes à terceira etapa do projecto de águas de Luanda Sudeste, destacando-se os que se referem à substituição de 11.600 metros da conduta de água tratada de 1.200 mm, entre Quifangondo e Cazenga, com cerca de 20% já executado. Está praticamente concluída a conduta de água bruta de 1.200 mm entre o Kassaque e o Canal Superior, com uma extensão de 3.188 metros. Também estão relativamente avançados os trabalhos de ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Luanda Sudeste.

60. Em relação à rede de distribuição, destaca-se a conclusão: de 20.140 metros de nova rede na zona residencial central de Viana, com a execução de 678 ligações domiciliárias; de 15.264 metros no Bairro Alvalade, em Luanda, com a execução de 957 ligações domiciliárias; e de 7.891 metros no Bairro Cassequel do Buraco, com 334 ligações domiciliárias já executadas. Este projecto também prevê a construção de novas redes nos Bairros Cassenda e Mártires de Quifangondo, numa extensão de 40.376, com 2.500 ligações domiciliárias.

61. Estão em curso trabalhos de reabilitação e ampliação da rede de chafarizes, tendo sido construídos e colocados em serviço 49 chafarizes, sendo 46 na Comuna de N'Gola Kiluanje (Cazenga) e 3 no Kilamba Kiaxi. Prevê-se a conclusão, até Dezembro deste ano, de mais 47 chafarizes em vários bairros da cidade. Estima-se que esta rede de chafarizes possa atender cerca de 1.500 agregados familiares.

3.1.5. Obras Públicas

62. A problemática relativa a necessidade de melhorar a qualidade das infra-estruturas, com vista a propiciar a diminuição dos custos de transacções, motivou com que no domínio das obras públicas durante o período se desse prioridade a recuperação das infra-estruturas rodoviárias e aeroportuárias. Neste sentido, foram desenvolvidas acções concorrentes para a reabilitação básica em estradas nacionais (tapa-buracos, terraplanagem, desmatagem e limpeza das bermas, ripagem e regularização da plataforma) numa extensão de 457,2 Km; construção da ponte sobre o rio Cavaco, (com 172 metros de comprimento e 18 de largura) em Benguela; e montagem de 5 pontes metálicas num total de 407,4 metros lineares. Estão em curso outras acções, particularmente a reabilitação da ponte sobre o rio Dande, a montagem de mais 3 pontes metálicas e a mobilização das empreitadas de reabilitação dos aeródromos de Saurimo e do Kuito.

63. Ainda foram desenvolvidas acções de protecção contra as ravinas, de protecção costeira da Chicala, de dragagem e manutenção da Baía do Mussulo, de controlo das cheias do rio Bero, no Namibe, e foi concluída a reabilitação do Açude de Caxito.

3.2. Sector Social

64. Em 2005 confirmou a tendência que se vinha verificando nos anos anteriores, com o aumento da população estudantil em cerca de 21 por cento, tendo passado da cifra de 4.022.970 alunos em 2004 para 4.879.811 no presente ano. O aumento de alunos no sistema de ensino resultou do aumento da oferta de infra-estruturas de educação, através de: a conclusão da reabilitação e apetrechamento de 17 escolas do I nível, nas províncias da Lunda Sul, Huíla, Huambo, Cabinda, Lunda Norte, Uíge, Luanda, Bié e Moxico; a conclusão de obras de reabilitação e apetrechamento de 17 escolas secundárias nas províncias do Huambo, Kuanza Norte e Lunda Norte. Na província do Cunene foram construídas 5 escolas rurais em Ombadja, Kwanhama e Kuvelai.

65. Em relação à saúde, durante o período, foram priorizadas acções concorrentes para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, bem como a extensão da cobertura sanitária com vista a diminuir os efeitos decorrentes das grandes endemias, tripanossomose humana e Infecções de Transmissão Sexual (ITS), HIV/SIDA. Para o efeito, foram construídos nas províncias do Huambo, Bié, Cabinda, Lunda Sul e Uíge 7 centros de saúde, 1 hospital e 8 postos de saúde. Na província de Luanda foi concluído o centro de saúde da Boavista. Para além das infra-estruturas de saúde, procedeu-se a aquisição de ambulâncias para permitir um melhor apoio a população.

66. No domínio da assistência e reinserção social, durante o período, privilegiaram-se tanto acções de natureza assistencialista, como acções orientadas para o desenvolvimento, com vista a propiciar condições de vida condignas aos grupos populacionais mais vulneráveis. Neste âmbito, foram enquadradas em instituições de assistência e protecção 52.733 crianças, das quais 46.527 em creches comunitárias. Ainda com o objectivo de criarem-se as condições para o desenvolvimento harmonioso das crianças, foram reunificadas/colocadas em famílias 43.643 crianças.

67. Através do Projecto de Leite e Papas, cujo objectivo é a melhoria das condições nutricionais das crianças, estão sendo atendidas 183 crianças em Luanda, 220 no Huambo, 138 em Benguela, 245 no Bié e 55 em Malanje.

68. No âmbito do repatriamento de refugiados, regressaram ao país 25.311 pessoas, das quais 18.249 através do Programa de Repatriamento e as demais de forma espontânea.

69. No quadro do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração foram aprovados 50 projectos que permitiram a reintegração económica dos ex-militares em actividades produtivas. Calculam-se em 41.797 ex-militares o universo de beneficiários de tais projectos e mais cerca de 250.782 familiares e dependentes.

70. A segurança pública, através da remoção de engenhos explosivos, constituiu também prioridade, no sentido de permitir que as populações reintegradas em actividades económicas as pudessem desenvolver com o mínimo de risco. Assim, foram limpos 43.704,4 Km², 78.134 Km de estrada, 739 Km de linha férrea do CFB e destruídas 68.352 minas anti-pessoal, 13.266 minas anti-tanque e 602.868 engenhos explosivos diversos.

3.3. Administração do Estado e Capacitação Institucional

71. Na sequência do que se tem desenvolvido no quadro da Reforma da Administração Pública, procedeu-se a revisão da orgânica dos serviços públicos centrais do Estado, através da reformulação do correspondente diploma, com o qual se estabeleceu os princípios que se seguem:

- Da densidade na organização dos departamentos e secções;
- Do parecer obrigatório e vinculativo dos Ministérios responsáveis pela Administração Pública e pelas Finanças em relação ao conteúdo dos projectos de diplomas orgânicos;
- Centralização de funções comuns na Secretaria Geral; e
- Tratamento com maior propriedade a fundamentação dos diplomas orgânicos, revelando, para o efeito, a necessidade de reestruturação orgânica não resultar no aumento global do orçamento de funcionamento do organismo.

72. A capacitação dos recursos humanos com vista o reforço da capacidade da Administração Pública foi priorizada, resultando na realização de 38 acções de formação em Luanda, Kuando Kubango, Moxico, Bié e Cunene, as quais abrangeram um total de 593 funcionários. Por outro lado, teve prosseguimento o processo de reconversão profissional dos funcionários públicos, do que resultou a remissão ao Instituto Nacional de Segurança Social de 273 processos referentes a funcionários a desvincular na modalidade de reforma, a desvinculação de 36 funcionários, dos quais 19 na modalidade de auto-emprego e 17 na modalidade de compensação financeira.

IV. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL NOS ANOS DE 2003 E 2004 E PERSPECTIVA PARA O ANO DE 2005

73. Calcula-se que, nos anos de 2003 e 2004, respectivamente, as receitas fiscais totais tenham representado 38,3 e 36,8 por cento do PIB; no ano de 2005, as projecções indicam que elas poderão corresponder a 37,5 por cento do PIB. Esta tendência é, sobretudo, influenciada em sentidos opostos pela queda da taxa efectiva de tributação petrolífera e pelos mais altos preços do barril de petróleo no mercado internacional.

74. A despesa orçamental total na base de compromisso – excluída a amortização a dívida – representou, em 2003 e 2004, 45,3 e 35,7 por cento do PIB, respectivamente, estimando-se que venha a ser de 34,5 por cento do PIB em 2005.

75. Nota-se, portanto, que nos últimos anos as despesas orçamentais, como proporção do PIB, estão a cair, enquanto as receitas fiscais, avaliadas também em relação ao PIB, apresentam tendência crescente. Esse comportamento receita fiscal terá resultado não só do mais alto preço do petróleo bruto, mas também do esforço de consolidação fiscal empreendido pelo Governo. É deste modo que se calcula que o superavite orçamental deverá passar de 1,1 por cento do PIB em 2004 para 3,0 por cento do PIB em 2005. Em 2003 o resultado orçamental foi um défice da ordem de 7 por cento do PIB (Quadro 3).

76. O montante de Transferências Correntes em valores correntes deverá aumentar em 2005 (KZ 163,29 mil milhões) relativamente a 2004 (KZ 153,4 mil milhões), uma vez que, embora haja redução no dispêndio com Subsídios – que de KZ 108,7 mil milhões em 2004 passará para KZ 99,6 mil milhões em 2005 – aumentou mais que proporcionalmente o montante gasto com Prestações Sociais (KZ 21,7 mil milhões em 2005).

77. É de referir que, se por um lado o mais elevado nível de preço do petróleo bruto durante 2005 comparativamente a 2004 fizesse prever um aumento nos gastos com os subsídios aos derivados de petróleo, os reajustes de preços destes produtos, levados a termo durante 2004 e início de 2005, contribuíram para que o montante aplicado em subsídios se reduzisse.

78. É importante notar também que a queda da despesa pública como proporção do PIB em 2005 se deverá, sobretudo, à queda das Despesas Correntes, que de 31,3 por cento do PIB, em 2004, deverão passar a 26,4 por cento do PIB, em 2005. As despesas de capital no mesmo período evoluem de 4,4 por cento do PIB para 8,3 por cento do PIB, evidenciando o investimento governamental na reconstrução das infra-estruturas do país.

Quadro 3:
Balanço Fiscal 2003-2005

Cód. PF	MIL MILHÕES DE KWANZAS CORRENTES			% do PIB		
	2003 Exec.	2004 Exec.	2005 Proj.	2003 Exec.	2004 Exec.	2005 Proj.
1 Receitas	394,9	609,7	1.026,4	38,3	36,8	37,6
1.1 Impostos	382,0	597,3	978,2	37,0	36,0	35,9
1.1.1 Petrolíferos	290,4	469,3	807,2	28,2	28,3	29,6
1.1.1.1 Dos quais: Direitos da concessionária	79,1	130,0	254,5	7,7	7,8	9,3
1.1.2 Não petrolíferos	91,6	128,0	171,0	8,9	7,7	6,3
1.1.2.1 Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	27,7	42,4	61,4	2,7	2,6	2,3
1.1.2.2 Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.2.3 Impostos sobre propriedades	0,4	0,7	1,1	0,0	0,0	0,0
1.1.2.4 Impostos sobre bens e serviços	30,1	36,5	56,0	2,9	2,2	1,8
1.1.2.5 Impostos sobre transacções e comércio internacional	23,0	33,2	39,6	2,2	2,0	1,5
1.1.2.6 Outros impostos	10,4	15,2	21,0	1,0	0,9	0,8
1.2 Contribuições sociais	0,0	0,0	21,7	0,0	0,0	0,8
1.3 Doações	8,0	7,5	7,2	0,8	0,5	0,3
1.4 Outras receitas	4,9	4,9	19,4	0,5	0,3	0,7
2 Despesa Total	467,5	591,9	945,0	45,3	35,7	34,7
2.1 Despesas correntes	390,8	518,6	716,7	37,9	31,3	26,3
2.1.1 Remuneração dos empregados	129,0	170,4	214,9	12,5	10,3	7,9
2.1.1.1 Vencimentos	124,8	167,0	205,2	12,1	10,1	7,5
2.1.1.2 Contribuições sociais	4,2	3,4	9,7	0,4	0,2	0,4
2.1.2 Uso de bens e serviços	163,8	156,2	309,7	15,9	9,4	11,4
2.1.3 Juros	24,3	38,6	28,9	2,4	2,3	1,1
2.1.3.1 Externos	21,5	34,8	25,6	2,1	2,1	0,9
2.1.3.2 Internos	2,8	3,8	3,3	0,3	0,2	0,1
2.1.4 Transferências correntes	73,7	153,4	163,2	7,1	9,3	6,0
2.1.4.1 Subsídios	49,5	108,7	99,6	4,8	6,6	3,7
2.1.4.3 Prestações sociais	0,0	0,0	21,7	0,0	0,0	0,8
2.1.4.4 Outras despesas	24,2	44,7	41,8	2,3	2,7	1,5
2.2 Aquisição de activos não financeiros	76,7	73,3	228,3	7,4	4,4	8,4
Saldo global sem doações	-80,6	10,3	74,2	-7,8	0,6	2,7
Saldo global (compromisso)	-72,6	17,8	81,4	-7,0	1,1	3,0
3 Variação de atrasados	8,8	-42,2	-67,4	0,9	-2,5	-2,5
3.1 Internos	0,6	-45,2	-75,8	0,1	-2,7	-2,8
3.2 Externos	8,2	3,0	8,3	0,8	0,2	0,3
Saldo global (caixa)	-63,7	-24,5	14,0	-6,2	-1,5	0,5
4 Financiamento líquido	63,7	24,5	-14,0	6,2	1,5	-0,5
4.1 Financiamento interno (líquido)	50,1	-21,7	0,9	4,9	-1,3	0,0
4.1.1 Bancos	2,9	-28,0	-29,2	0,3	-1,7	-1,1
4.1.1.1 Banco central	2,6	-28,0	-29,2	0,3	-1,7	-1,1
4.1.1.1.1 Activos	-2,4	-56,1	-26,3	-0,2	-3,4	-1,0
4.1.1.1.2 Passivos	5,0	28,1	-2,9	0,5	1,7	-0,1
4.1.1.2 Outras instituições financeiras	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.1.2.1 Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.1.2.2 Passivos	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2 Outros	47,2	6,3	30,2	4,6	0,4	1,1
4.1.2.1 Activos	3,4	18,7	-26,5	0,3	1,1	-1,0
4.1.2.1.4 Outras contas a receber	3,4	17,4	0,0	0,3	1,0	0,0
4.1.2.2 Passivos	43,8	-12,3	56,6	4,2	-0,7	2,1
4.2 Financiamento externo (líquido)	31,4	60,9	-14,9	3,0	3,7	-0,5
4.2.1 Activos	18,1	107,1	0,0	1,8	6,5	0,0
4.2.2 Passivos	13,3	-46,2	-14,9	1,3	-2,8	-0,5
4.2.2.1 Empréstimos líquidos recebidos	13,3	-46,2	-14,9	1,3	-2,8	-0,5
4.2.2.1.1 Desembolsos	103,2	169,4	85,4	10,0	10,2	3,1
4.2.2.1.1.1 Empréstimos financeiros	94,0	158,8	0,0	9,1	9,6	0,0
4.2.2.1.1.2 Linhas de crédito	8,8	10,6	71,9	0,9	0,6	2,6
4.2.2.1.1.3 Projectos	0,4	0,0	13,5	0,0	0,0	0,5
4.2.2.1.1.4 Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2 Amortizações	-89,9	-215,6	-100,3	-8,7	-13,0	-3,7
Discrepâncias	-17,8	-14,8	0,0	-1,7	-0,9	0,0

Memo

Inflação (%)	76,6	31,0	17,6
Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	74,3	83,9	89,8
Produção de Petróleo Bruto (milhões de barris)	319,0	363,5	435,2
Preço de petróleo bruto (US\$/barril)	28,1	36,9	53,8
PIB (mil milhões de kwanzas)	1.031,4	1.656,9	2.726,7

79. O Quadro 4 mostra que terão preponderância na despesa orçamental total de 2005, a Defesa e Ordem Pública (35,8%) o sector social (25,4%) e o sector administrativo (19,2%). Em seguida estão os Encargos Financeiros (12,5%) e o Sector Económico (7,0%).

Quadro 4:
Evolução da Estrutura Funcional da Despesa, 203-2005

N/O	Descrição	2003	2004	2005
		Est.	Est.	Proj.
1	Administração	47,9	19,2	26,2
2	Defesa e Ordem Pública	13,8	35,8	16,9
3	Sector Social	12,7	25,4	29,3
4	Sector Económico	8,9	7,0	11,2
5	Encargos Financeiros	16,8	12,5	16,4
Total		100,0	100,0	100,0

V. POLÍTICA ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DE 2006

4.1. Enquadramento Geral

80. No ano de 2006 o governo continuará a perseguir os objectivos definidos no seu programa geral para o biénio 2006-2006, a saber:

80.1 Gerais:

1. Consolidação da paz e da reconciliação nacional;
2. Edificação das bases para a construção de uma economia auto-sustentada;
3. Restabelecimento da administração do Estado em todo o país;
4. Desenvolvimento dos recursos humanos;
5. Desenvolvimento harmonioso do território; e
6. Consolidação do processo democrático.

80.2 Específicos:

1. Continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e das pessoas deslocadas durante a guerra;
2. Melhoramento da prestação dos serviços sociais básicos e promoção da harmonia social;
3. Consolidação do processo de estabilização macroeconómica garantindo a estabilidade monetária, cambial e a redução da inflação;
4. Reabilitação das infra-estruturas;
5. Diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços;
6. Revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional;
7. Erradicação ou redução significativa da fome e da miséria;
8. Apoio ao desenvolvimento do sector privado;

9. Aumentar o nível geral do emprego e melhorar progressivamente a remuneração do trabalho;
10. Aprofundamento da reforma da administração pública, do sistema financeiro e da justiça;
11. Execução célere da reforma do sistema de educação e ensino;
12. Distribuição equilibrada do rendimento nacional e diminuição progressiva das assimetrias regionais;
13. Começo da reforma da comunicação social;
14. Reforço da capacidade institucional e técnico-material dos meios de comunicação social; e
15. Criação das condições materiais e técnicas a realização das eleições.

81. Com base nesses objectivos, o Quadro Macroeconómico de enquadramento estabelecido para o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2006 é o seguinte:

INDICADOR	2004	2005	2006
Inflação anual (%)	31,0	17,7	10,0
Produção Petrolífera anual (milhões de barris)	363,5	435,2	597,1
Preço médio de exportação do petróleo bruto (US\$)	36,9	53,8	45,0
Produto Interno Bruto			
Valor Nominal (mil milhões de Kwanzas)	1656,9	2.726,7	3.389,1
Taxa de crescimento real (%)	11,7	15,5	27,9
Sector petrolífero	13,9	19,7	37,2
Sector não-petrolífero	9,1	10,4	11,9
Saldo Global do Orçamento Governamental			
Com doações	1,1	3,0	-6,6
Sem doações	0,6	2,7	-6,9

4.2. A Política e as Medidas de Política Orçamental

4.2.1. Princípios Gerais

82. Na elaboração da proposta do OGE para 2006 tomou-se em consideração a orientação estabelecida no Programa do Governo para 2005-2006, dando-se continuidade, portanto, à política macroeconómica definida na revisão orçamental de 2005 e que tem assegurado o alcance de resultados favoráveis no crescimento sustentável da economia, na redução da inflação e na estabilização da taxa de câmbio.

83. Mantém-se, desta forma, os compromissos com a estabilidade dos preços – com a consequente eliminação do confisco inflacionista sobre os salários – sem dúvida o principal factor para o alívio da pobreza e a distribuição mais justa do rendimento nacional.

84. Nesta linha de pensamento, assume-se, por um lado, que os recursos do Estado devem estar projectados com realismo e que as despesas públicas devem atender, em primeiro lugar, as necessidades sociais e o relançamento económico; e, por outro lado, que a realização das despesas autorizadas no OGE dependerá da existência de recursos para a sua cobertura.

85. Desta forma, a Programação Financeira trimestral continuará a ser o principal instrumento para garantir que o OGE terá assegurado, durante a execução, o seu legítimo papel de uma Lei de Meios integrada aos objectivos do Programa do Governo 2005-2006.

4.2.2. Projecções e Limites

86. Para observância dos princípios acima referidos e adequação aos procedimentos de responsabilidade fiscal, a proposta para o OGE 2006 informa, com transparência, os critérios adoptados para a projecção das receitas e das despesas, bem como as estratégias de adaptação da execução orçamental a cenários desfavoráveis que eventualmente ocorrerem no decurso do ano.

87. Neste sentido, as projecções foram feitas tendo-se em conta o seguinte:

- a) As estimativas para as receitas baseiam-se no preço médio de US\$ 45,00 por barril de petróleo bruto contra os US\$ 36,90 de 2004 e os US\$ 53,80 estimados para 2005, uma vez que se mantém o cenário internacional de volatilidade dos preços e o quadro de incertezas sobre os factores geopolíticos que afectam as regiões produtoras e consumidoras do produto;
- b) No que se refere ao volume de petróleo extraído e os seus reflexos sobre as receitas fiscais, deve-se levar em conta o impacto que a amortização dos investimentos em novos blocos em águas profundas terá sobre a parcela líquida disponível para o Produto Nacional Bruto vis-a-vis àquela acrescida ao PIB;
- c) As estimativas das despesas têm em conta que o aumento de gastos com carácter de continuidade deve estar suportado pelo aumento de receitas com igual perspectiva de continuidade, ou pela redução de outras despesas com as mesmas características;
- d) As despesas com o pessoal não devem ultrapassar o equivalente a 50 por cento das receitas tributárias, para que se possa garantir a sustentabilidade dos investimentos e do serviço da dívida;
- e) O recurso ao endividamento para a execução de despesas do OGE deve ser feito de forma sustentável, tendo-se em conta o seguinte:
 - (i) A existência de um superávit primário (entre receitas correntes e despesas correntes) suficiente para o pagamento atempado dos juros da dívida pública interna e externa;
 - (ii) Os recursos obtidos pela via de financiamentos não devem ultrapassar o valor total dos novos investimentos e do aumento de reservas financeiras do Tesouro, de modo que as despesas com a manutenção do aparelho do Estado (salários, bens e serviços) sejam inteiramente cobertos por receitas correntes;

- (iii) O valor total da dívida pública interna e externa deve manter um rácio sustentável em relação ao PIB, de forma que os compromissos do Estado com endividamento só cresçam na medida em que o aumento do PIB garanta a capacidade de pagamento;
- (iv) As despesas com novos investimentos, que não possam contar com recursos oriundos de financiamento, só poderão ser realizadas por meio do aumento de receitas correntes ou pela redução de outras despesas em valor equivalente;
- (v) Na ocorrência de factores adversos, que afectem negativamente as receitas ou elevem obrigatoriamente despesas fundamentais para a protecção das populações contra o infortúnio económico ou desastres ambientais, deverão ser em primeiro lugar eliminadas ou adiadas as despesas menos essenciais ou menos urgentes, só se recorrendo em último caso ao aumento da dívida pública interna ou externa.

4.3. Políticas e Objectivos de Política Fundamentais

88. Para a realização dos objectivos enunciados, continuará a ser perseguida a arrecadação máxima de receitas fiscais com base no alargamento da base tributária, onde possível, mas evitando-se a elevação da carga impositiva. O recurso ao endividamento interno e externo deverá ser consistente com o objectivo de estabilização económica e desenvolvimento sustentável. O endividamento interno será feito, fundamentalmente por emissão de títulos da dívida pública para a regularização de atrasados.

89. A afectação de verbas continuará a ser feita tendo em atenção uma abordagem de orçamento de desempenho em que se identificam programas, projectos e actividades para realizar os objectivos estabelecidos no Programa do Governo, estabelecendo-se, para aqueles, metas concretas. Com isso, procura-se criar as condições para proceder-se à avaliação dos resultados em termos de produto e impacto da despesa realizada, na perspectiva de melhorar a eficácia da despesa pública.

90. De modo a racionalizar-se as despesas administrativas, cujo peso é ainda significativo, continuará a perseguir-se a implementação de normas de gastos para a afectação de verbas para as despesas de funcionamento dos diversos órgãos do governo a todos os níveis.

91. Os fluxos financeiros do Tesouro Nacional para as empresas públicas continuarão a ser restringidos aos montantes orçamentados. Tais fluxos continuarão a revestir a forma de capitalização ou aumento de capital das empresas, transferências ou subsídios.

92. O governo continuará a intervir em acções de fomento da actividade económica interna, sobretudo através do Instituto Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa (INAPEM) e o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES).

93. Com carácter mais específico, das medidas de política a implementar há a destacar:

No domínio tributário:

- A Política Tributária do Governo continuará a implementar as acções de modernização necessárias para a realização dos objectivos definidos no Programa do Governo para 2005 e 2006, dentre as quais merece destaque a Taxa de Circulação e Fiscalização do Trânsito com a adopção, em 2005, dos Selos de Circulação, possibilitando um controle mais efectivo sobre a recolha dessa receita fiscal.
- Para o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de receitas do sector não petrolífero, a meta é aumentar o número de Repartições Fiscais e Estâncias Aduaneiras que fazem uso do SGT (Sistema de Gestão Tributária) e do SGTA (Sistema de Gestão Tributária para as Alfândegas), respectivamente, assim como caminhar para a conclusão do recadastramento dos contribuintes.
- O sistema de controle e de fiscalização preventiva do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes, bem como os principais Códigos de impostos (Industrial, Predial Urbano, IRT e Imposto de Consumo) no sentido da sua adequação à realidade económica do país, com especial relevância na recuperação das estruturas produtivas nacionais, também será melhorado.

No domínio aduaneiro:

- Paralelamente à aprovação e implementação em 2005 da nova Pauta de Direitos de Importação e Exportação e do Código Aduaneiro, continuou-se a cuidar de administrar e aumentar a arrecadação de receitas por via do alargamento da base tributária, reduzir os custos do comércio internacional, garantir que a entrada e saída de pessoas, bens e meios de transporte se efectue de acordo com a legislação vigente, proteger a sociedade e o comércio legítimo e promover a produção nacional. Essas acções terão prosseguimento em 2006, em estrita consonância com as directrizes do Programa do Governo, destacando-se a execução de medidas para maior cooperação e harmonização dos procedimentos e formulários, com os restantes actores da cadeia do comércio internacional, bem como maior integração em tarefas regionais e esforço para adopção de Convenções Internacionais.

No domínio do controlo da despesa pública:

- Manter-se-á a observância rigorosa dos instrumentos de execução financeira do Orçamento Geral do Estado (OGE), designadamente a Programação Financeira do Tesouro e os Planos de Caixa, nomeadamente no que se refere a cabimentação e liquidação da despesa. Para o efeito, terão continuidade em 2006 as acções iniciadas para a modernização do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), em que se destacam as seguintes etapas já cumpridas em 2005:
 - Integração sistémica das funções relacionadas ao Orçamento, Tesouro e Contabilidade (processos da Previsão e Execução Orçamental; etapas da

Cabimentação, Liquidação e Pagamento da Despesa e dos Processos da Programação Financeira e do Plano de Caixa);

- Revisão e ajuste do Plano de Contas do Estado e sua adequação ao modelo operativo e funcional do SIGFE;
 - Interligação directa ao SIGFE das U.O. de Luanda, para o registo da sua execução orçamental, financeira e patrimonial, bem como das Províncias do Bengo, Benguela, Kwanza Sul, Cunene, Cabinda, Huíla e Namibe para o registo da sua execução orçamental, financeira e patrimonial.
- Novas acções para a interligação do SIGFE com sistemas alimentadores sobre a execução orçamental e financeira nos domínios dos recursos humanos, do património e da dívida pública interna e externa, dentre outros, serão desenvolvidas em 2006.

No domínio da gestão do sector empresarial público e das privatizações:

- Dar-se-á continuidade, em 2006, das acções definidas para a reforma do sector empresarial do Estado no Programa do Governo para 2005 e 2006, e que abrangem o enquadramento legal, o quadro institucional e organizacional, medidas económicas e financeiras e medidas no âmbito da superintendência, destacando-se aqui que “o Ministro das Finanças deverá assegurar o exercício efectivo da superintendência e do direito de propriedade sobre as empresas públicas nos termos da legislação em vigor”. Para o efeito, foi iniciado em 2005 o diagnóstico preliminar do sector, que deverá ter em 2006 os seus desdobramentos na proposta de uma nova legislação e da estratégia mais adequada para a sua implementação.
- Consoante o estabelecido no Programa do Governo, terão continuidade as acções necessárias para que a reforma do sector empresarial do Estado possa avançar de acordo com os seguintes objectivos ali definidos:
- *“Continuação do processo de privatização de empresas públicas não estratégicas – privilegiando critérios de mercado na alienação dos activos públicos - e reestruturação da estratégicas;” e*
 - *“Dar preponderância ao critério da capacidade técnica e de gestão para a provisão dos órgãos sociais das empresas públicas.”*
- Entre as alternativas institucionais a considerar está a criação de um instituto de privatizações, sob a tutela do Ministro das Finanças, de forma a se poder tornar mais ágil e eficaz o desenvolvimento do processo de privatizações.

No domínio dos seguros:

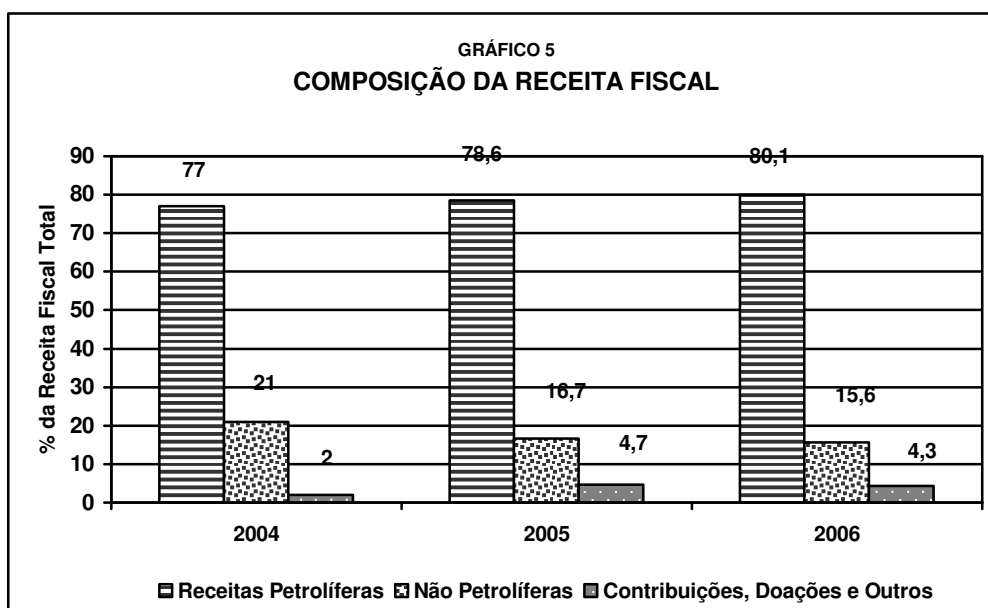
- Terão continuidade as acções para se aprimorarem a política de seguros obrigatórios e os benefícios fiscais para os seguros e fundos de pensões a serem inseridos no Código de Benefícios Fiscais.
- No âmbito da nova legislação sobre protecção social obrigatória, vai-se prosseguir com o enquadramento dos seguros obrigatórios, nomeadamente os de acidentes de trabalho, o de responsabilidade civil automóvel e o de responsabilidade civil aviação e infra-estruturas aeronáuticas.

No domínio dos preços e da concorrência:

- Terão continuidade as acções das políticas de regulação de mercado, concorrência e de defesa da ordem económica, por meio de uma articulação com os demais órgãos governamentais, nomeadamente as seguintes:
 - Actuação no controle de estruturas de mercado, com foco principal nos actos de concentração e domínio dos segmentos de mercado e nas práticas ou condutas limitadoras da concorrência;
 - Acompanhamento da implementação de novos modelos de regulação e gestão dos serviços de interesse público, bem como dos reajustes e/ou revisões de tarifas e preços.
 - Estabelecimento de marcos reguladores e instrumentos de políticas públicas sectoriais orientadas para o apoio ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo da produção agrícola e agroindustrial, tendo em vista o desenvolvimento e o funcionamento adequado dos mercados e a livre distribuição de bens e serviços.

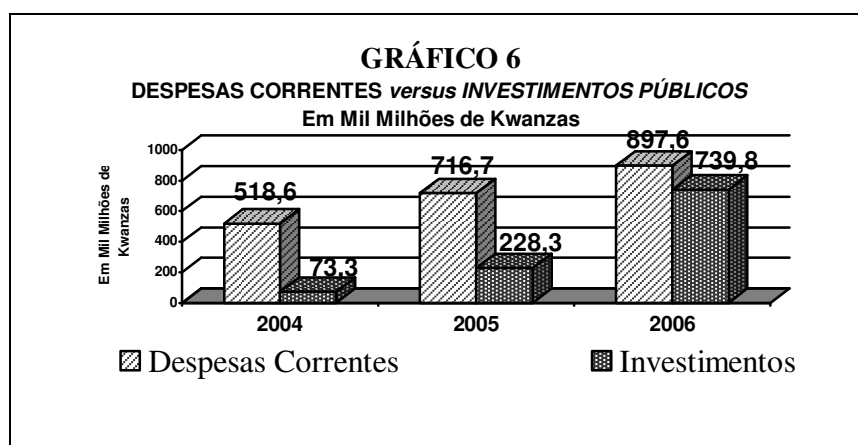
4.4. O Orçamento

94. As Receitas Fiscais estão estimadas em cerca de Kz 1.415,0 mil milhões e correspondem a 41,8 por cento do PIB. As Receitas Petrolíferas representam cerca de 80,1 por cento do total das Receitas Fiscais, observando-se que as não petrolíferas mostram uma tendência de queda ligeira da sua participação, não obstante o crescimento mais rápido do sector petrolífero, o que reflecte, de algum modo, a melhoria da administração tributária.



95. As Despesas Orçamentais programadas foram fixadas em cerca de Kz 1.637,4 mil milhões, representando 48,3 por cento do PIB. As Despesas Correntes representam 54,8 por cento desse total, enquanto que as Despesas de Capital 45,2 por cento. Do total das Despesas Orçamentais, 22,8 por cento são Despesas com Pessoal, 14,1 por cento Despesas em Bens e Serviços, 14,6 por cento Transferências e 3,4 por cento Juros.

96. Assim, calcula-se em cerca de 6,6 por cento do PIB (cerca de Kz 222,4 mil milhões) o Défice Orçamental na base de compromisso. Tendo em conta a redução de atrasados internos que se prevê da ordem dos Kz 86,5 mil milhões, equivalente a 2,6 por cento do PIB, o défice orçamental na base de caixa está projectado em cerca de 8,3 por cento do PIB. Esse resultado pode ser considerado como bastante razoável, diante do formidável aumento das Despesas de Capital, que deverão evoluir de 8,4, em 2005, para 21,8 por cento do PIB, em 2006, dadas as necessidades de reconstrução do país. O resultado entretanto poderá melhorar caso o preço de petróleo efectivo se situe acima do preço base considerado de US\$45,00/barril.



97. Torna-se nítido, portanto, o esforço de reabilitação e construção de infra-estruturas e, por consequência, para o relançamento sustentável da actividade económica em todo o território nacional que o governo está a empreender.

98. Os financiamentos previstos por meio de operações de crédito nos mercados interno e externo deverão concorrer para o financiamento do défice orçamental, bem como de operações financeiras relacionadas com o endividamento e do reforço das Reservas Financeiras do Tesouro Nacional. Prevê-se assim que o Financiamento Líquido deverá limitar-se a Kz 282,1 mil milhões.

99. O Quadro 5 apresenta o Balanço Orçamental Macroeconómico programado para o exercício de 2006.

100. Em termos líquidos, o défice orçamental a cobrir, da ordem dos Kz 282,1 mil milhões, é inferior ao valor da Reserva Financeira a constituir na Conta Única do Tesouro (Kz 297,9 mil milhões), o que denota a solidez da política financeira do Governo. Com efeito, a referida Reserva Financeira constitui um poderoso suporte da política fiscal às políticas monetária e cambial, garantindo a esterilização ex-ante da liquidez gerada pelo aumento das Reservas Internacionais Líquidas e a constituição do fundo de regularização da dívida pública directa previsto na Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro.

101. Para consecução desse objectivo, para além das eventuais receitas excedentárias sobre o preço de petróleo de base, recorrer-se-á maioritariamente a fontes de recursos ligadas às linhas de financiamento do exterior, tendo em conta as oportunidades de acesso a tais recursos criadas pelo novo ambiente de paz, estabilidade monetária e cambial e crescimento sustentado da economia.

102. Tal cenário reflecte-se positivamente no aumento das receitas fiscais oriundas dos sectores petrolífero e não petrolífero, garantindo que o crescimento nominal da dívida pública interna e externa poderá ser conduzido em harmonia com a capacidade de pagamento, mantendo equilibrado o rácio Dívida/PIB.

Quadro5:
Balanço Orçamental, 2004-2006

Cód. PF	MIL MILHÕES DE KWANZAS CORRENTES				% do PIB			
	2003 Exec.	2004 Exec.	2005 Proj.	2006 Prog.	2003 Exec.	2004 Exec.	2005 Proj.	2006 Prog.
1 Receitas	394,9	609,7	1.026,4	1.415,0	38,3	36,8	37,6	41,8
1.1 Impostos	382,0	597,3	978,2	1.353,9	37,0	36,0	35,9	39,9
1.1.1 Petrolíferos	290,4	469,3	807,2	1.133,2	28,2	28,3	29,6	33,4
1.1.1.1 Dos quais: Direitos da concessionária	79,1	130,0	254,5	311,9	7,7	7,8	9,3	9,2
1.1.2 Não petrolíferos	91,6	128,0	171,0	220,7	8,9	7,7	6,3	6,5
1.1.2.1 Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	27,7	42,4	61,4	84,7	2,7	2,6	2,3	2,5
1.1.2.3 Impostos sobre propriedades	0,4	0,7	1,1	2,0	0,0	0,0	0,0	0,1
1.1.2.4 Impostos sobre bens e serviços	30,1	36,5	56,0	55,9	2,9	2,2	1,8	1,7
1.1.2.5 Impostos sobre transacções e comércio internacional	23,0	33,2	39,6	49,3	2,2	2,0	1,5	1,5
1.1.2.6 Outros impostos	10,4	15,2	21,0	28,6	1,0	0,9	0,8	0,8
1.2 Contribuições sociais	0,0	0,0	21,7	20,1	0,0	0,0	0,8	0,6
1.3 Doações	8,0	7,5	7,2	11,5	0,8	0,5	0,3	0,3
1.4 Outras receitas	4,9	4,9	19,4	29,4	0,5	0,3	0,7	0,9
2 Despesa Total	467,5	591,9	945,0	1.637,4	45,3	35,7	34,7	48,3
2.1 Despesas correntes	390,8	518,6	716,7	897,6	37,9	31,3	26,3	26,5
2.1.1 Remuneração dos empregados	129,0	170,4	214,9	373,3	12,5	10,3	7,9	11,0
2.1.1.1 Vencimentos	124,8	167,0	205,2	355,4	12,1	10,1	7,5	10,5
2.1.1.2 Contribuições sociais	4,2	3,4	9,7	18,0	0,4	0,2	0,4	0,5
2.1.2 Uso de bens e serviços	163,8	156,2	309,7	230,6	15,9	9,4	11,4	6,8
2.1.3 Juros	24,3	38,6	28,9	55,0	2,4	2,3	1,1	1,6
2.1.3.1 Externos	21,5	34,8	25,6	39,4	2,1	2,1	0,9	1,2
2.1.3.2 Internos	2,8	3,8	3,3	15,7	0,3	0,2	0,1	0,5
2.1.4 Transferências correntes	73,7	153,4	163,2	238,6	7,1	9,3	6,0	7,0
2.1.4.1 Subsídios	49,5	108,7	99,6	137,4	4,8	6,6	3,7	4,1
2.1.4.2 Doações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.1.4.3 Prestações sociais	0,0	0,0	21,7	62,2	0,0	0,0	0,8	1,8
2.1.4.4 Outras despesas	24,2	44,7	41,8	39,1	2,3	2,7	1,5	1,2
2.2 Aquisição de activos não financeiros	76,7	73,3	228,3	739,8	7,4	4,4	8,4	21,8
Saldo global sem doações	-80,6	10,3	74,2	-233,9	-7,8	0,6	2,7	-6,9
Saldo global (compromisso)	-72,6	17,8	81,4	-222,4	-7,0	1,1	3,0	-6,6
3 Variação de atrasados	8,8	-42,2	-67,4	-59,7	0,9	-2,5	-2,5	-1,8
3.1 Internos	0,6	-45,2	-75,8	-86,5	0,1	-2,7	-2,8	-2,6
3.2 Externos	8,2	3,0	8,3	26,8	0,8	0,2	0,3	0,8
Saldo global (caixa)	-63,7	-24,5	14,0	-282,1	-6,2	-1,5	0,5	-8,3
4 Financiamento líquido	63,7	24,5	-14,0	282,1	6,2	1,5	-0,5	8,3
4.1 Financiamento interno (líquido)	50,1	-21,7	0,9	-175,2	4,9	-1,3	0,0	-5,2
4.1.1 Bancos	2,9	-28,0	-29,2	-220,2	0,3	-1,7	-1,1	-6,5
4.1.1.1 Banco central	2,6	-28,0	-29,2	-220,2	0,3	-1,7	-1,1	-6,5
4.1.1.1.1 Activos	-2,4	-56,1	-26,3	-214,2	-0,2	-3,4	-1,0	-6,3
4.1.1.1.2 Passivos	5,0	28,1	-2,9	-5,9	0,5	1,7	-0,1	-0,2
4.1.1.2 Outras instituições financeiras	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.1.2.1 Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.1.2.2 Passivos	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2 Outros	47,2	6,3	30,2	45,0	4,6	0,4	1,1	1,3
4.2 Financiamento externo (líquido)	31,4	60,9	-14,9	457,3	3,0	3,7	-0,5	13,5
4.2.1 Activos	18,1	107,1	0,0	0,0	1,8	6,5	0,0	0,0
4.2.2 Passivos	13,3	-46,2	-14,9	457,3	1,3	-2,8	-0,5	13,5
4.2.2.1 Empréstimos líquidos recebidos	13,3	-46,2	-14,9	457,3	1,3	-2,8	-0,5	13,5
4.2.2.1.1 Desembolsos	103,2	169,4	85,4	612,6	10,0	10,2	3,1	18,1
4.2.2.1.1.1 Empréstimos financeiros	94,0	158,8	0,0	89,5	9,1	9,6	0,0	2,6
4.2.2.1.1.2 Linhas de crédito	8,8	10,6	71,9	470,0	0,9	0,6	2,6	13,9
4.2.2.1.1.3 Projectos	0,4	0,0	13,5	53,1	0,0	0,0	0,5	1,6
4.2.2.1.1.4 Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2 Amortizações	-89,9	-215,6	-100,3	-155,4	-8,7	-13,0	-3,7	-4,6

Memo

Inflação (%)	76,6	31,0	17,6	10,0
Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	74,3	83,9	89,8	94,2
Produção de Petróleo Bruto (milhões de barris)	319,0	363,5	435,2	597,1
Preço de petróleo bruto (US\$/barril)	28,1	36,9	53,8	45,0
PIB (mil milhões de kwanzas)	1.031,4	1.656,9	2.726,7	3.389,1

103.O Gráfico 7 mostra a distribuição funcional da despesa em 2006, enquanto que o Gráfico 8 a sua evolução no período 2003-2006. Tal distribuição é derivada de uma estrutura programática revista para realizar dois objectivos fundamentais: primeiro, integrar melhor os programas, projectos e actividades

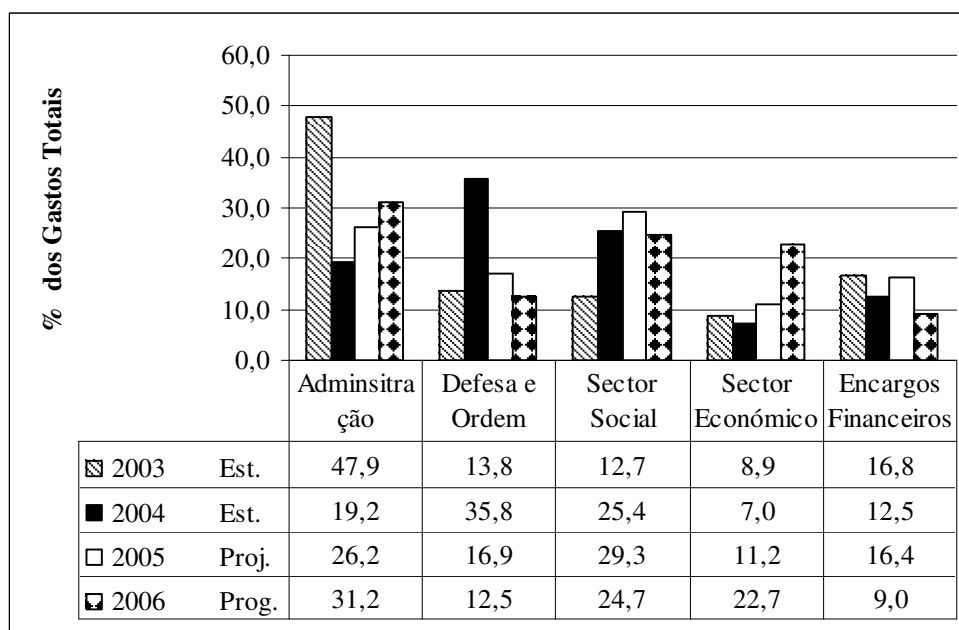
inscritos no OGE 2006 com as acções, os objectivos e as metas governamentais fixadas no Programa Geral do Governo para 2005-2006; segundo, promover a eficácia da despesa pública.

Gráfico 7:



Gráfico 8:

Evolução da Distribuição Funcional da Despesa, 2003-2006



104. Dentre os programas que irão materializar a distribuição funcional da despesa, merecem destaque, pelo marcante sentido social e de fortalecimento da cidadania, os relacionados com a melhoria das condições de vida e de integração social plena das populações no processo político e económico do país, cabendo destacar o seguinte:

- Cerca de Kz 160 mil milhões serão aplicados nos diversos programas e subprogramas orientados para ampliar o acesso das populações à moradia própria, a oferta de serviços sociais básicos e a melhoria dos serviços sociais nos domínios da saúde e da educação, destacando-se os Programas de Desenvolvimento Habitacional (Kz 79,8 mil milhões) e de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações (Kz 29,4 mil milhões), bem como os Subprogramas de Reabilitação e Construção de Escolas (Kz 20,1 mil milhões) e de Unidades Sanitárias (Kz 16,0 mil milhões).
- No domínio das acções para o fortalecimento da cidadania e consolidação do processo democrático, em consonância com os compromissos estabelecidos no Acordo de Paz de 2002, merece destaque o Subprograma de Preparação e Realização das Eleições, que prevê a aplicação de Kz 15,9 mil milhões em acções de Reformas e Capacitação Institucional viradas para a concretização daqueles objectivos.
- O Programa Integrado de Relançamento da Actividade Económica, com recursos previstos de Kz 318,1 mil milhões – para além daqueles já directamente aplicados no âmbito das actividades permanentes do Governo, como no caso do financiamento anual das Campanhas Agrícolas – prevê investimentos significativos nos Subprogramas de Reabilitação e Construção da Infra-estrutura Sectorial de Apoio à Actividade Económica (Kz 213,5 mil milhões), de Reabilitação e Construção da Rede Fundamental de Estradas e Pontes (Kz 78,6 mil milhões) e de Produção e Distribuição de Electricidade (Kz 10,7 mil milhões).
- O Programa Nacional de Desminagem com recursos avaliados em cerca de Kz 2.511,5 milhões cuja implementação vai permitir o desenvolvimento de outras acções, como a reconstrução e construção de estradas, o desenvolvimento da actividade agrícola, o assentamento das populações no território e a circulação de pessoas e bens.
- O Programa Geral de Desmobilização e Reintegração enquadrado no Programa Integrado de Reassentamento e Reintegração Social de Pessoas e Famílias, que conta com recursos calculados em cerca de Kz 11.064,9 milhões. Esse programa contém acções como:
 - Pagamento de subsídios e fornecimento de *kits* de reassentamento;
 - O fornecimento de recursos para o desenvolvimento da actividade agrícola, nomeadamente sementes, utensílios, fertilizantes, juntas de boi e animais como aves e caprinos;
 - A prestação de apoio técnico em termos de cultivo;
 - Apoio a organização em associações;
 - Formação profissional; e
 - Fornecimento de kits de utensílios de trabalho.

105.É de referir que, conforme se observa no Quadro 6, a Despesa Total em 2006 deverá crescer, em termos reais, em cerca de 66,6 por cento em relação a Despesa Total projectada para 2005, sendo que as despesas com o Sector Económico (237,3%) e da Administração (98,4%) são as que crescem em maior proporção; as despesas com o Sector Social deverão aumentar em 40,2 por cento, enquanto que os Encargos Financeiros deverão diminuir em cerca de 8,4 por cento. Do aumento mais rápido das despesas do Sector Económico – que está associado ao aumento considerável do investimento em infra-estruturas económicas – e das despesas Administrativas – que é decorrente do processo eleitoral – resulta a ligeira queda da proporção das despesas do Sector Social nas despesas totais, não obstante o seu aumento real que se prevê em 40,2 por cento.

Quadro 6:
Variação Real da Despesa a Preços do Ano Anterior

N/O	Descrição	2005/2004	2006/2005
1	Administração	68,4	98,4
2	Defesa e Ordem Pública	-41,6	22,8
3	Sector Social	42,4	40,2
4	Sector Económico	96,7	237,3
5	Encargos Financeiros	62,1	-8,4
Total		23,6	66,6

106.Os fluxos de caixa do Orçamento Geral do Estado de 2006, segundo a natureza económica das Entradas e Saídas de Caixa, estão calculados em cerca de Kz 2.176.922,3 milhões, conforme se apresenta no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7:
Fluxo de Caixa do OGE 2006

	DESIGNAÇÃO	2005 Projeção	2006 Programado
I	ENTRADAS (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)	1.188.072.699.090,38	2.176.922.260.474,00
1.1	Receitas fiscais	1.026.413.030.101,26	1.415.028.963.060,00
1.1.1	Impostos	978.191.298.687,22	1.353.929.514.329,00
1.1.1.1	Petrolíferas	807.192.434.914,37	1.133.248.177.599,00
1.1.1.1.1	Dos quais: Receita da concessionária	254.488.610.105,15	311.918.812.804,00
1.1.1.2	Não petrolíferas	170.998.863.772,85	220.681.336.730,00
1.1.2	Contribuições	21.673.232.089,00	20.137.915.101,00
1.1.3	Doações	7.194.676.820,00	11.520.979.012,00
1.1.4	Outras receitas	19.353.822.505,04	29.440.554.618,00
		0,00	0,00
1.2	Amortização de empréstimos concedidos	1.127.448.747,00	154.485.405,00
		0,00	0,00
1.3	Venda de activos	735.254.026,00	1.135.875.333,00
		0,00	0,00
1.4	Financiamentos	159.796.966.216,12	648.720.991.927,00
1.4.1	Títulos internos	74.351.423.225,12	36.088.020.000,00
1.4.2	Desembolsos externos	85.445.542.991,00	612.632.971.927,00
1.4.2.1	Empréstimos financeiros	0,00	89.490.000.000,00
1.4.2.2	Linhas de crédito e projectos	85.445.542.991,00	523.142.971.927,00
		0,00	0,00
1.5	Reservas do Tesouro	0,00	111.881.944.749,00
		0,00	0,00
II	SAÍDAS (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5+2.6+2.7)	1.188.072.699.090,38	2.176.922.260.474,00
2.1	Remuneração dos empregados	214.945.537.840,81	373.331.608.186,01
2.1.1	Vencimentos	205.212.317.616,27	355.355.543.080,01
2.1.2	Contribuições sociais	9.733.220.224,54	17.976.065.106,00
2.2	Uso de bens e serviços	309.680.003.597,92	230.633.492.691,79
2.3	Juros	20.592.462.573,54	28.265.396.049,00
2.3.1	Externos	17.249.457.966,13	12.572.516.794,00
2.3.2	Internos	3.343.004.607,41	15.692.879.255,00
2.4	Transferências	163.157.402.098,86	238.637.869.230,00
2.4.1	Subsídios	99.645.068.749,67	137.375.536.452,00
2.4.2	Doações	0,00	0,00
2.4.3	Prestações sociais	21.673.232.089,00	62.178.571.269,00
2.4.4	Outras	41.839.101.260,19	39.083.761.509,00
		0,00	0,00
2.5	Aquisição de activos não financeiros	228.329.029.610,05	739.762.444.089,05
		0,00	0,00
2.6	Concessão de empréstimos e outras aplicações financeiras	28.327.202.843,00	-18.496.125.505,00
		0,00	0,00
2.7	Amortização da dívida	196.694.812.388,50	258.662.259.027,15
2.7.1	Interna	96.360.686.314,36	103.279.654.537,15
2.7.1.1	Titulada	10.839.497.299,93	10.839.497.299,93
2.7.1.2	Atrasados	85.521.189.014,43	92.440.157.237,22
2.7.2	Externa	100.334.126.074,15	155.382.604.490,00
		0,00	0,00
2.8	Reservas do Tesouro	26.346.248.137,71	326.125.316.706,00
		0,00	0,00
III	SALDO (I - II) (necessidade de recursos -; excesso de recursos +)	0,00	0,00